

CDN	OT	DATA
32.ª Reunião Plenária	Ponto N.º 15	09.09.2022

DELIBERAÇÃO N.º 278/CDN-PLEN/2022
TEMAS DO 16.º CONGRESSO DOS
ARQUITECTO

AFAVOR (16)
 CONTRA (0)
 ABSTENÇÕES (0)
APROVADA POR UNANIMIDADE.

Considerando:

1. A deliberação da 21ª Reunião Plenária do CDN de 05.11.2021 que aprovou o local de realização do 16º Congresso dos Arquitectos na Região Autónoma dos Açores e que o CDN deveria encetar os procedimentos necessários para a definição da data e promoção da discussão do tema.
2. Que o congresso reúne trienalmente e o artigo 15.º do Estatuto da Ordem dos arquitectos (EOA) define que é organizado pelo conselho diretivo nacional, em colaboração com o conselho diretivo da região onde for realizado e é dirigido pelo presidente da mesa da assembleia geral, competindo-lhe:
 - a) Pronunciar-se sobre o exercício da profissão e seu estatuto, bem como sobre o aperfeiçoamento da arquitetura nas suas componentes artística, técnica e humanística;
 - b) Discutir as comunicações de carácter científico, artístico, técnico e cultural que lhe forem apresentadas;
 - c) Aprovar as moções de orientação e as recomendações de carácter associativo e profissional;
3. que, de acordo com a alínea g) do artigo 27.º do EOA, compete às Assembleias Regionais pronunciar-se sobre os temas do Congresso;
4. que de acordo com a alínea o) do artigo 20.º do EOA, compete ao Conselho Diretivo Nacional organizar o congresso e fixar os seus temas, ouvida a Assembleia de Delegados;

O Conselho Diretivo Nacional, no uso das suas competências, delibera:

- a) Aprovar a Proposta de Temas do 16.º Congresso dos Arquitectos que se anexa;
- b) Dar conhecimento à Assembleia de Delegados da Proposta de Temas que se anexa, para que a mesma seja ouvida;

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt
F: +351 213 241 101



- c) Dar conhecimento ao Presidentes das Mesas das Assembleia Regionais da Proposta de Temas que se anexa, solicitando a realização de Assembleia Regional para que as mesmas se pronunciem.



Gonçalo Byrne
Presidente

Anexo: O referido

Qualidade e Sustentabilidade: CONSTRUIR O [NOSSO] FUTURO

16.º CONGRESSO DOS ARQUITECTOS, 2022

São Miguel, Açores

O poder de um congresso é o de insistir numa agenda

O passado recente tem sido marcado pela necessidade de resposta à urgência das crises que se sucedem: a pandemia, a invasão da Ucrânia e todas as situações críticas que estes eventos geraram e continuarão a gerar. A crise climática continua a exigir a urgência da nossa ação: é tempo de construir o [nosso] futuro.

O próximo Congresso da União Internacional de Arquitectos (UIA), a realizar em Copenhaga em julho 2023 sob o tema *"How can Architecture contribute to Social and Environmental change?"*, assumiu publicamente o compromisso de motivar uma contribuição maior, entre arquitetos, para um desenvolvimento sustentável e consciente das mudanças ambientais e sociais.

Importa, a longo prazo, informar o debate e estabelecer a agenda e abordagem (conceção, planeamento e entendimento) dos arquitetos portugueses ao sector da indústria da construção até 2050 (limite do Pacto Ecológico Europeu). A curto prazo, e no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), urge definir uma estratégia de intervenção na vida pública do país, que possa promover a importância da arquitetura de qualidade, assumindo um novo papel para o arquiteto e promovendo a integração dos conhecimentos e capacidades interdisciplinares.

Este é o mandato do desenvolvimento sustentável. De uma Sociedade sustentável. Da Arquitetura sustentável e da sustentabilidade da Profissão.

O poder de um congresso é o de mobilizar pares

Neste âmbito, a Ordem dos Arquitectos entende que, para além da refundação dos valores social e ambiental da arquitetura, esta contribuição deve convocar todos para uma visão resiliente, do território, da circularidade e do edificado. Diferentes escalas que interferem no

entendimento da prática contemporânea da arquitetura e que convocam um conhecimento interdisciplinar, a cultura popular, as limitações naturais de sítios e materiais e as restrições sociais do acesso ao construído dentro e fora das cidades. O arquipélago dos Açores é, provavelmente, o contexto ideal para podermos antecipar a discussão do 28.º Congresso Mundial da UIA.

De que falamos quando falamos de sustentabilidade? Qual o papel da qualidade da arquitetura? Como podem os arquitetos e a Arquitetura contribuir para a um desenvolvimento sustentável consciente das mudanças sociais e ambientais que enfrentamos? Perante a ameaça climática, de que forma vamos construir o [nosso] futuro?

O poder de um congresso é o de não ceder ao conformismo

A ambição de colocar os Açores num caminho transatlântico de intercâmbio de pessoas, encontros e culturas, o seu papel na valorização do património, na discussão de território como ambiente, fazem dos Açores, a casa onde queremos debater **Qualidade e Sustentabilidade: CONSTRUIR O [NOSSO] FUTURO.**

1. TEMA

Qualidade e Sustentabilidade: Construir o [nosso] futuro é o tema do 16.º Congresso dos Arquitectos.

Perante os desafios e a urgência colocados pela crise climática, convocamos o tema da sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões – social, ambiental, económica – e entendemo-lo com o mesmo rigor que a língua francesa lhe empresta – *le développement durable* – o desenvolvimento assente na durabilidade.

Convocamos o tema da qualidade: a qualidade como fator de durabilidade, de preservação, de sustentabilidade. E acrescentamos a dimensão cultural, pois a sustentabilidade deve ser também cultural.

A qualidade do ambiente natural e construído tem sido objeto e objetivo nas políticas europeias ligadas ao desenvolvimento sustentável. «Respeitar a estética e a qualidade arquitetónica» é um dos sete princípios estratégicos da vaga de renovação para a Europa, lançada em 2020¹. A arquitetura de qualidade não é apenas estética. A arquitetura de qualidade não é apenas funcionalidade. A arquitetura de qualidade é aquela que contribui para a qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento sustentável das nossas cidades e zonas rurais.

«Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.»²

A importância da qualidade da arquitetura e da paisagem para o desenvolvimento do País, e para o bem-estar dos cidadãos, é reconhecida, desde logo, na nossa Constituição. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos promover a qualidade ambiental, na defesa de um interesse que é público: o direito a uma arquitetura e paisagem de qualidade. Uma arquitetura que assegura a sustentabilidade

¹ Comunicado referente à estratégia para o programa «Vaga de Renovação» da UE, Bruxelas, 14 outubro 2020.

² Excerto do Artigo 66.º, item 1 da Constituição da República Portuguesa.

ambiental, económica, social e cultural, a eficiência energética e o combate às alterações climáticas.

Em dezembro, o Conselho da UE publicou as suas conclusões sobre «Cultura e uma arquitetura e paisagem construída de elevada qualidade como elementos-chave da Nova Bauhaus Europeia», um documento que reconhece o papel central desempenhado pelos arquitetos no desenvolvimento de uma arquitetura e ambiente de vida de alta qualidade³. Os Estados-Membros são convidados a uma abordagem orientada para a qualidade como base para tomar decisões informadas no planeamento e gestão da paisagem e considerando todo o ciclo de vida dos edifícios.

A arquitetura de qualidade é aquela que devem prestar todos os arquitetos, nos diversos sectores em que atuam, perante os desafios que enfrentamos e a urgência de ação que se exige. Sustentabilidade, habitação, transição digital. Estes são os temas do nosso presente e os passos a dar no caminho crítico do nosso futuro.

2. SUBTEMAS

Qualidade e Sustentabilidade: Construir o [nosso] futuro é a oportunidade para debater uma agenda, mas também as estratégias e compromissos da educação e investigação e da prática da arquitetura em Portugal, pela construção de um futuro [nosso].

Antecipando o 28.º Congresso Mundial da UIA, a OA propõe a todos os arquitetos em particular, e à sociedade civil em geral, lançar este debate no âmbito do espaço e do contexto da prática da arquitetura em Portugal, convocando a refundação dos valores social e ambiental da arquitetura, promovendo uma visão resiliente do território, dos edifícios, e da circularidade.

³ Informação n.º 2021/C 5011/03 do JOUE.

Enquanto arquitetos, devemos mobilizar o conhecimento acumulado sobre o nosso território, urbano e não urbano, valorizar o potencial humano e repensar a organização desse território à escala maior, para uma realidade que garanta o bem-estar social e ambiental.

É necessário reconhecer que adaptação climática, repensar os recursos, a resiliência das nossas comunidades, a saúde, a inclusividade e a colaboração são objetivos centrais numa prática que participa da harmonia e diversidade da vida em comunidade e da natureza – a arquitetura. Mas o desafio é societal, transterritorial e transdisciplinar. Trata-se da sobrevivência da nossa casa comum: um ecossistema dinâmico e simbiótico entre homem e natureza. A resposta cabe a todos.

Os subtemas que estruturam os trabalhos sectoriais do 16.º Congresso são:

- a. Repensar os recursos e adaptar para a casa comum**
 - a.1 Materialidade sustentável e transição digital
 - a.2 Circularidade e reabilitação
- b. Planear para a resiliência, inclusividade e saúde da casa comum**
 - b.1 Habitação pública e inclusão
 - b.1 Sustentabilidade pelo desenho
- c. Colaborar pelo compromisso com a qualidade da casa comum**
 - c.1 Governança e qualidade
 - c.2 A prática, a instituição e o bem comum

a. Repensar os recursos e adaptar para a casa comum

Reconhecer o progresso enquanto mito, permite eleger o uso restritivo dos recursos como instrumento fundamental de projeto que garante a reposição do capital natural. Retomando uma prática vernacular, a arquitetura que se relaciona com o território e os seus recursos endógenos limitados volta a ser essencial.

O desenho de edifícios, cidades e territórios deve incorporar a produção e fornecimento do que consumimos e o retorno da sua energia e material à “terra”. Enquanto arquitetos cabe-nos integrar, de forma circular, a concetualização do impacto e o desenho do retorno, eliminando os efeitos negativos do que projetamos e assumindo como prioridade devolver a energia capturada ao meio ambiente e diversificar a ecologia e economia da vida contemporânea. Projetar é antecipar uma realidade, conceptualizando os impactos, medindo recursos e desenhando retornos, para garantir o futuro da casa comum.

O reconhecimento da finitude dos recursos e da emergência de uma prática mais sustentável sugere a discussão de uma **materialidade sustentável e da transição digital** no próprio desenho da obra.

Na perspetiva da adaptação, a arquitetura posiciona-se de forma simbiótica e importa discutir o papel da **circularidade e reabilitação** numa prática sustentável da nossa profissão.

a.1 Materialidade sustentável e transição digital

a.2 Circularidade e reabilitação

b. Planear para a resiliência, inclusividade e saúde da casa comum

A investigação e o conjunto de provas existentes do impacto severo da urbanização não planeada e das cidades sobrepovoadas não podem ser postos de lado. A resiliência é uma condição das comunidades que, ao longo da história, sobreviveram e cresceram. Quando os agressores são condições meteorológicas extremas e temperaturas e sem precedentes, ou surtos pandémicos invisíveis, precisamos de um “planeamento urbano sustentável – versão 2.0”. É urgente a incorporação de estratégias de conforto e salubridade. A qualidade do espaço urbano é uma prioridade: um instrumento que, relacionado com as formas de mobilidade predominante e com os sistemas naturais integrados, afeta profundamente a qualidade ambiental, dos edifícios e a saúde dos cidadãos.

Projetar a casa comum, implica reconhecer que a otimização de recursos afeta a todos e que os benefícios, mas também os custos, da transição ecológica devem ser distribuídos, de forma justa, por todos. Ninguém pode ficar para trás. Esse é o nosso pacto no projeto da casa comum.

O desafio da resiliência obriga a um olhar coletivo para o ambiente construído e para o parque imobiliário, garantindo que ninguém fica para trás, através da **habitação pública**, verdadeiro garante da **Inclusão**.

A arquitetura, enquanto bem comum, deve ser o garante de um habitat e um habitar mais saudáveis. **Sustentabilidade pelo desenho** é assumir que a elevada qualidade é assegurada pelo desenho para um comportamento passivo de alto rendimento, garante de um *habitat* e um habitar mais saudáveis.

b.1 Habitação pública e inclusão

b.2 Sustentabilidade pelo desenho

c. Colaborar pelo compromisso com a qualidade da casa comum

A transformação de territórios e cidades é vista como um processo político, tecnocrático ou liderado por investidores privados, que exclui os cidadãos dos processos de tomada de decisão. A qualidade do que construímos é, frequentemente, definida posteriormente à aferição da viabilidade económica dos empreendimentos, produzindo resultados insatisfatórios do ponto de vista do bem-estar social e dos utilizadores finais. Projetar deve ser uma prática colaborativa, que legitima os processos de mudança, convocando a todos e a todos comprometendo numa ambição pública – de todos – da qualidade da casa comum.

O desafio da alteração climática obriga a discutir as dimensões sociais e culturais da sustentabilidade. Os aspetos de **qualidade** devem ser considerados em todas as áreas que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável do território e ao ambiente construído, começando pela **governança**, e considerando a **prática, a instituição e o bem comum** com o qual estão comprometidos os arquitetos.

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt
F: +351 213 241 101



c.1 Governança e qualidade

c.2 A prática, a instituição e o bem comum